



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ VALE RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FARMACIA MUNICIPAL



TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem como objetivo a aquisição imediata do medicamento descrito abaixo para atendimento de processo oriundos da judicialização, tendo em vista serem importantes para a manutenção da vida do paciente.

Item	MEDICAMENTO	Quantidade 6 MESES
01	(ARPADOL) EXTRATO SECO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS 400 MG	180 COMP
02	DIACEREÍNA 50 MG (ARTRODAR)	360 COMP
03	(MOTILEX HA) - COLÁGENO TIPO II NÃO HIDROLISADO + ÁCIDO HIALURÔNICO	360 COMP

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no Artigo 196, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, e será garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Lei nº 8.080/90, que Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, reafirma no seu artigo 2º que **“A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”**.

2. OBJETO

Aquisição imediata do medicamento descritos nos itens 1, 2, 3 para atendimento de ordem judicial

OBS.: Para efeito deste **instrumento**, medicamento será definido como **PRODUTOS** e Fundo Municipal de Saúde como **FMS**.

3. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Os produtos a serem adquiridos se enquadram no conceito de “bens comuns”, estabelecido no art. 1º, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.520/02. Considerando que suas especificações são padronizadas, a licitação deverá ser realizada na modalidade Pregão.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Os produtos serão entregues de acordo com o solicitado pelo **almoxarifado** mediante Autorização de Fornecimento e nota de empenho, com prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da sua emissão.

4.1 No ato da entrega, o produto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica, em 02 (duas) vias, emitida nos termos da legislação em vigor.

4.2 Executado a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8666/93, sendo provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com

a especificação e definitivamente, após a verificação da sua qualidade e quantidade, e consequente aceitação.

4.3 A **CONTRATADA** ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos por ventura requeridos pelo **almoxarifado**, cabendo a esta, o acompanhamento total ou parcial da entrega dos Produtos, objeto deste Termo de Referência, podendo sustar, recusar, mandar trocar qualquer produto que não esteja de acordo com as condições e exigências recomendadas.

4.4 O fiscal da presente solicitação será XXXXX, mat. XXXXX, cargo XXXXXX

5. DO LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA

Os produtos serão entregues no **almoxarifado**, rua Coronel Francisco Limongi, 153, Estação, São José do Vale do Rio Preto – RJ no horário de 09:30 às 16:00 horas.

5.1 Caso a empresa encontre dificuldades para realizar a entrega dos produtos durante o horário estabelecido, esta deverá entrar em contato com o setor de almoxarifado pelo telefone **(24) 2224-7598** a fim de solucionar o ocorrido.

5.2 A entrega dos produtos não poderá ser realizada em outro setor da Secretaria Municipal de Saúde quicá da Prefeitura Municipal sem a prévia autorização Setor de almoxarifado, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor qualquer problema relacionado ao mesmo.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

10.1 Qualquer pagamento só será efetuado se na Nota Fiscal/Fatura constar o atestado de recebimento do Secretário de Saúde de outro servidor designado pela Secretaria.

10.2 O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente do fornecedor e ocorrerá, após o adimplemento da obrigação, em 30 (trinta) dias.

10.3 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

10.4 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

11. DAS SANÇÕES

O desatendimento para assinatura do Instrumento Contratual e/ou entrega dos produtos caracterizará o descumprimento total da obrigação, resultando em penalização do licitante, na forma prevista da Lei 8.666/93, salvo disposições em contrário.